

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) na construção da contra hegemonia acadêmica

Lais Fraga

INTRODUÇÃO

Este artigo busca abordar, de maneira exploratória a relação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) no Brasil e a ideia de transferência de conhecimento. Com intuito de contribuir com a prática extensionista nas ITCPs, buscou-se refletir sobre as dificuldades e contradições desta experiência. Este artigo vai ao encontro das reflexões expostas por Pinheiro e Paula (2010) que, ao analisarem as práticas internas das incubadoras, especificamente sobre os processos internos de formação dos educadores de três ITCPs, afirmam que



parece existir uma dificuldade prática para o exercício da autocrítica nas incubadoras.

Partindo, portanto, do esforço de aprofundar a autocrítica, tendo em vista que a autora é também parte da experiência analisada, o artigo, que não tem o intuito de caracterizar as incubadoras como um todo homogêneo, buscou na literatura produzida sobre e pelas ITCPs a relação das mesmas com a ideia de produção e transferência de conhecimento. Essa busca partiu do confronto percebido entre a metodologia explicitada pelas incubadoras (inclusive pelo Estatuto de uma de suas redes nacionais, como mostraremos a seguir) dialógica e baseada na Educação Popular com as reflexões produzidas pelos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia que apontam para a produção do conhecimento científico e tecnológico como uma construção complexa e eminentemente social.

Para explorar esta questão, o ensaio teórico que se apresenta, está organizado em quatro partes, além desta introdução. Na primeira delas, é apresentado o contexto do surgimento das ITCPs e de que maneira a ideia de transferência de conhecimento aparece na literatura sobre as incubadoras. Na segunda seção, aprofunda-se a relação entre economia solidária, autogestão e as ITCPs, com intuito de destacar uma particularidade das mesmas em relação a outros projetos de extensão: a geração de trabalho e renda através do trabalho coletivo

e autogerido por grupos populares. É dessa particularidade que, na seção seguinte, aponta-se a possibilidade de aprofundar a conexão entre a radicalidade da autogestão (como prática concreta e como utopia) com a produção do conhecimento, sugerindo a possibilidade de as ITCPs serem espaços de experimentação da esperança dentro das universidades. Por fim, nas considerações finais, constata-se, como resultado da análise realizada neste e em outros trabalhos (Fraga, 2012; 2017; 2018), a contradição na qual as ITCPs parecem estar envolvidas: se por um lado apontam como missão possibilitar o acesso dos grupos populares ao conhecimento gerado na universidade, por outro, afirmam que esse processo não pode ser uma imposição e que é preciso respeitar o saber popular e promover a troca de saberes. A pergunta que permanece e que deve permanecer como eixo de crítica e autocrítica da prática extensionista é: se a questão é o acesso ao conhecimento, isto é, a divulgação de conhecimentos acumulados na academia, como isso pode não ser uma imposição ao conhecimento popular?

AS ITCPs E A IDEIA DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

É em um contexto de mobilização de diversos setores da sociedade diante das então recentes mudanças no mundo do trabalho e do ressurgimento da alternativa do trabalho coletivo e autogerido (na forma de associações,

cooperativas e grupos informais), que surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Com intuito de unir o saber produzido na academia ao cotidiano do trabalhador informal e potencializada pelo agravamento das questões sociais no país, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coppe/UFRJ, a primeira ITCP, surge em 1995 (Guimarães & Salomão, 2006). Segundo Bocayuva (2001), o “desafio institucional de dispor o potencial da Universidade, e seu saber, a serviço das classes populares é o corte político principal da proposta: organizar e operacionalizar o saber formalizado e sistematizado na direção da construção de empresas sociais de caráter coletivo” (Bocayuva, 2001, p. 1). A partir desta experiência, outras incubadoras foram formadas em Juiz de Fora (UFJF), Pernambuco (UFRPE) e em São Paulo (USP) e em 1997 já havia surgido a Universidade Federal do Ceará (UFC) e na Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Desde então, o número de incubadoras no país cresceu rapidamente, fato que pode ser explicado pela “eclosão do movimento pela economia solidária, no Brasil, que mobiliza sindicatos, universidades, Igreja e muitos outros setores da sociedade civil” (Singer, 2000). Nessa perspectiva, pode-se compreender o surgimento das ITCPs como uma resposta das universidades aos problemas sociais relacionados ao trabalho, com conseqüente conformação dos seus objetivos iniciais focados na geração de trabalho e renda “sob a forma de coletivos de trabalhadores em situação de desemprego, com vínculos precários ou em

vulnerabilidade social que buscam suporte para acesso ao trabalho baseado em relações diferentes do trabalho subordinado” (Coimbra & Sousa, 2007, p. 6).

O fenômeno se espalhou rapidamente pelas universidades brasileiras, principalmente, a partir do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) sendo hoje mais de 100 incubadoras pelo país, organizadas em duas redes: a Unitrabalho e a Rede Universitária de ITCPs.

O surgimento das ITCPs tem origem nas incubadoras de empresas tendo como principal diferença o público atendido: empresas ou grupos populares. Dubeux (2004) argumenta que a diferença vai além, pois as ITCPs introduzem uma nova concepção de incubadora de empresas ao modificarem: a) tipo de empresa apoiada (empresas capitalistas versus empresas cooperativas); b) público atendido (classe média e rica versus excluídos do ponto de vista sociopolítico); e c) metodologia de trabalho. Segundo o estatuto da Rede de ITCPs, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares têm como finalidade dar suporte à formação e ao desenvolvimento de Cooperativas Populares e da economia solidária.

Por outro lado, as ITCPs têm papel de destaque no âmbito do desenho de políticas públicas no campo de economia solidária por meio de iniciativas como “assessoria

à elaboração de legislações, montagem de cursos voltados para gestores públicos e da sociedade civil e apoio na formulação de políticas e programas para o setor” (Varanda, 2007, p. 29). Por isso, considera-se que as incubadoras servem de modelo de ação da universidade no combate ao desemprego e de combate à exclusão social, promovendo ações de inserção social a partir da inserção econômica (Costa, Oliveira & Melo Neto, 2006).

A despeito da dimensão do fenômeno, as incubadoras têm sido pouco analisadas. Um tema levantado por Kruppa e Sanchez (2002) e que continua atual, é a questão da relação entre o processo de incubação e o desenvolvimento científico e tecnológico. Como pressuposto da metodologia de atuação das incubadoras está a construção coletiva do conhecimento e as ideias de Paulo Freire, crítico radical da transferência ou extensão de conhecimentos. Ainda assim, a temática da transferência de conhecimento segue sendo utilizada para fundamentar a metodologia de incubação (Fraga, 2012). O próprio estatuto da Rede de ITCP, em seu artigo 1º, afirma que a rede “é constituída por um conjunto de incubadoras vinculadas de forma interativa e dinâmica favorecendo a transferência de tecnologias e de conhecimentos” (Estatuto da Rede de ITCPs, 1999).

Uma das explicações para a manutenção da ideia de transferência de conhecimento e de tecnologia pode ser a herança das incubadoras de empresas e

essa perspectiva evidencia uma contradição flagrante entre a metodologia de incubação fundamentada na transferência de conhecimento e os princípios da economia solidária. Em oposição à ideia de transferência de conhecimento, há aqueles que acreditam que é preciso, no processo educativo envolvido na incubação, uma troca de saberes que resulte na produção de novos conhecimentos e novas tecnologias. Singer (2005) contribui com esse debate ao argumentar que as pessoas que foram formadas no capitalismo precisam ser reeducadas e que “essa reeducação tem que ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuem em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição” (Singer, 2005, p. 16). Cunha (2002, p. 153) também explicita a discordância dessa ideia:

Os conhecimentos que o programa pode levar aos cidadãos que em geral não dispõem de acesso ou recursos não podem se destinar à reprodução de padrões técnicos ou relações políticas segundo modelos dominantes. A incubação de cooperativas exige uma difícil tarefa de reapropriação do conhecimento, e por isso a experiência dos grupos e cooperativas é vital – mas quase sempre a cultura que prevalece é a das relações fortemente dominadoras (...), e tudo isso vem relacionado a uma dimensão mais ampla, que é política.

A ITCP/Unicamp, em seu caderno de metodologia Empírica afirma que:

O conhecimento produzido a partir (e com) os empreendimentos de Economia Solidária carrega elementos diferentes do conhecimento científico convencional que são necessários à transformação social. Entendemos que o conhecimento carrega os valores e interesses predominantes no contexto no qual foi desenvolvido e, por isso, não é neutro. Os trabalhadores e trabalhadoras dos EES podem ser considerados(as) personagens historicamente excluídos da produção de conhecimento, o que nos permite dizer que é pouco provável que seus valores e interesses estejam presentes na produção acadêmica convencional. Além disso, a economia solidária tem como fundamento a autogestão (...) que pressupõe não apenas uma maneira alternativa de produzir o sustento, mas também, quando ligada à universidade, de produzir conhecimento. Essa reflexão nos conduz, necessariamente, a uma metodologia de incubação que seja capaz de questionar o conhecimento disponível e reprojeta-lo com a participação direta desses trabalhadores e dessas trabalhadoras (ITCP/UNICAMP, 2009, p. 8).

No âmbito da extensão universitária, a ideia de transferência de conhecimento não é novidade nem o é a sua crítica. Ainda assim, tanto na extensão de maneira geral, quanto nas incubadoras, acreditamos que ela permanece e esta é a provocação deste texto. Nesse sentido, como já colocamos inicialmente neste artigo, as ITCPs parecem atuar a partir de uma contradição: se por um lado

apontam como missão possibilitar o acesso dos grupos populares ao conhecimento gerado na universidade, por outro, afirmam que esse processo não pode ser uma imposição e que é preciso respeitar o saber popular e promover a troca de saberes. Em outras palavras, se a questão é o acesso ao conhecimento, isto é, a divulgação de conhecimentos acumulados na academia, como isso pode não ser uma imposição? Se partirmos do pressuposto que o conhecimento produzido pela academia é sempre legítimo e relevante, de que maneira ele pode ser questionado e modificado no processo de incubação e de relação com os grupos populares? Para que serviria o conhecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras dentro dessa perspectiva? A partir da ideia de transferir conhecimento, o cerne da incubação seria fornecer algo que falta aos trabalhadores (consciência, conhecimento, autonomia).

Por isso, mais do que afirmar que o processo de incubação é dialógico e respeita o saber popular, é preciso enfrentar as dificuldades de um processo dialógico abertamente. Cuidado para não ser impositivo e motivação para autonomia dos trabalhadores não é suficiente. É preciso trocar experiências sobre a dificuldade em ser dialógico, é preciso entender como a hierarquia, as desigualdades, etc, permeiam o processo de educação popular. Especialmente, é preciso buscar compreender de que maneira o conhecimento produzido na universidade colabora para uma relação desigual entre universitários e trabalhadores.

Não exploraremos em profundidade o tema da transferência de conhecimento neste artigo¹, mas é importante pontuar que estamos de acordo quando Dagnino (2012, p. 191), se referindo à universidade, afirma que

Não parece plausível a ideia de que uma organização, que há tanto tempo vem se dedicando a produzir e difundir conhecimentos alinhados com o interesse da empresa privada, possa ter o resultado de sua pesquisa aproveitado para um tipo de arranjo produtivo – os empreendimentos solidários – com modo de funcionamento, interesses e valores tão distintos.

Isto porque, segundo o autor, as universidades estão, “há centenas de anos, capacitando profissionais, mediante atividades convencionais de ensino e pesquisa, para atuar nos arranjos produtivos que elas privilegiam. Ou seja, as empresas” (Dagnino, 2012, p. 191).

Thiollent (2005) é outro autor que contribui com este debate ao afirmar que trabalhar com grupos populares “trata-se de evitar uma série de armadilhas relativas aos riscos de imposição da visão tecnicista dos especialistas aos membros das comunidades” (Thiollent, 2005, p. 172) e que “o técnico de mentalidade 'quadrada' querendo impor sua visão, a priori racional, tecnicista e supostamente

¹ Para um debate sobre o tema consultar Fraga (2012; 2017; 2018) e Dagnino (2012).

superior à dos demais atores será de pouca valia” (Thiollent, 2005, p. 180) nessa tarefa. E completa dizendo que “uma ideia fundamental, embora já seja antiga, precisa ser reafirmada: a extensão não é transferência ou simples 'transplante' de conhecimento; ela é, antes de tudo, criação e compartilhamento” (Thiollent, 2005, p. 185). Paulo Freire é um dos principais críticos da ideia de transferência de conhecimento, ou invasão cultura, no âmbito da extensão. Por isso, merece destaque a flagrante contradição percebida no fato de as incubadoras apontarem como fundamento as ideias de Paulo Freire no trabalho com grupos populares e, posteriormente, caracterizar a relação entre universidade e trabalhadores como uma transferência de conhecimentos.

AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Além de suas particularidades, devido ao contexto de surgimento e suas configurações históricas, a característica das incubadoras que merece maior destaque é o fato partirem da hipótese da possibilidade do trabalho coletivo e autônomo para o enfrentamento do desemprego, em outras palavras, as incubadoras não adotam a visão clássica, via emprego. As incubadoras fazem parte daquilo que se convencionou chamar de economia solidária. Há uma percepção de que esta, seguindo o exemplo de termos como desenvolvimento

sustentável ou educação popular, tornou-se um grande guarda-chuva que acolhe ideias e, principalmente, práticas muito distintas.

Wirth, Fraga e Novaes (2011) exploram a heterogeneidade teórica do campo. Numa tentativa de categorizar as diferenças, são apresentadas três perspectivas da economia solidária. Numa primeira corrente, os seus principais autores apontam para uma complementaridade entre capitalismo e economia solidária. Na segunda, a economia solidária é vista como uma possibilidade de superação gradual do capitalismo. Numa terceira perspectiva, a economia solidária estaria inscrita na luta histórica dos trabalhadores na qual a autogestão² se apresenta como meio e fim dessa luta. Segundo esta última, a economia solidária realiza “a autogestão possível e tem potencial para contribuir com a autogestão necessária, num contexto de unificação das lutas dos trabalhadores rumo a uma sociedade para além do capital” (Wirth, Fraga & Novaes, 2011, p. 205).

Em consonância com a terceira perspectiva, acreditamos que a economia solidária se apresenta como espaço de reflexão, de luta, de construção de possibilidades no qual a autogestão traz a ‘viabilidade prática’ das utopias. Essa utopia tem sido recorrente nos momentos de ascensão das lutas dos

² Sobre a aproximação entre economia solidária e autogestão, ver Nascimento (2008), Faria (2005) e Novaes (2011).

trabalhadores. Na história da extensão ela também esteve presente. Em diversos momentos, ainda que de maneira esporádica, são apresentados relatos da atuação da universidade com cooperativas e grupos produtivos.

Contudo, as incubadoras trazem uma novidade em relação a essas experiências que reside na maneira sistemática (em âmbito nacional e enquanto política pública) com que atuam junto com grupos populares que têm como fundamento da organização do trabalho a autogestão.

Muitos autores já se ocuparam em caracterizar a condição degradante do trabalho no capitalismo (Antunes, 2005; 2009; Braverman, 1987; Hirata & Segnini, 2007 etc.). Esses autores descrevem o trabalho como um processo repetitivo, parcelado, hierárquico, degradante, etc, relatam a morte de cortadores de cana, o suicídio dos executivos franceses, o *karoshi* japonês, as doenças do trabalho, as desigualdades de gênero no mundo do trabalho etc.

Os grupos incubados partem da negação do trabalho alienado que a lógica do capital naturalizou como possibilidade única de organizar a produção e a reprodução da vida. Como argumenta Dagnino (2010), os empreendimentos autogestionários apontam para a possibilidade real da propriedade coletiva dos

meios de produção e unem duas funções: a organização para a produção dos meios de vida e a resistência coletiva e política.

Por esse motivo consideramos que os grupos incubados carregam a semente de uma alternativa para além do capital. Destacamos ser essa a principal diferença entre as incubadoras e outros projetos de extensão (embora não seja exclusividade das incubadoras). É a partir dessa característica que as mesmas, por meio do contato cotidiano com os grupos incubados, podem colocar à prova os conhecimentos produzidos pela universidade e a formação e atuação de seus estudantes e professores a partir de uma perspectiva para além do capital.

Essa perspectiva emerge da evidente insustentabilidade do desenvolvimento capitalista do ponto de vista, principalmente, social. O acirramento da pobreza e da desigualdade, o estágio atual da fome, o *apartheid* social nas cidades e, principalmente, o trabalho alienado quando não o desemprego, são evidências dessa insustentabilidade. É nesse sentido que acreditamos que a busca por alternativas precisa conectar a relação existente entre o local e o global e que ambos formam uma unidade contraditória na qual a relação entre pobreza e riqueza, desenvolvimento e subdesenvolvimento, é mais direta do que pode parecer. Por isso, quando pensamos em alternativas ao atual sistema, o termo

desenvolvimento talvez não seja o mais adequado, posto que a ideia de desenvolvimento sempre esteve atrelada aos marcos do capitalismo.

A necessidade de planejamento embutida no termo desenvolvimento, contudo, não deve ser abandonada. Acreditamos que as incubadoras precisam construir uma visão de futuro, resgatando a capacidade de sonhar, pensando quais são os cenários possíveis e qual deles queremos. As técnicas de planejamento foram centrais até meados da década de 1980, mas foram deixadas de lado com a avalanche neoliberal e a ideia de que o mercado seria capaz de resolver os problemas da sociedade. Essa ideia seguiu dominante por algumas décadas. Contudo, a resistência e a negação ao neoliberalismo estão colocadas há algum tempo³.

Mesmo assim, não planejamos a longo prazo, ainda que isso pareça urgente. Paulo Freire falava sobre a necessidade de pensar o que ele chamava de inédito viável. Essa ideia, em alguma medida, permeia este artigo.

Um dos cenários trazidos pela economia solidária é a alternativa de incluir os 'excluídos'. Diante da constatação que mais de 50% da população trabalha na informalidade, ainda há quem defenda a possibilidade de incluir a massa de

³ Sobre a resistência ao neoliberalismo na América Latina, ver Quijano (2002).

informais na economia formal. Esse caminho não nos parece possível muito menos desejado.

Por isso, nosso ponto de partida é o entendimento da economia solidária, ademais da luta diária dos trabalhadores e trabalhadoras pela sobrevivência e de resistência a tudo que lhes é imposto, como uma possibilidade de superação do capitalismo, isto é, como um horizonte de longo prazo, quiçá, um projeto de sociedade.

A ideia de sonho possível não é uma idealização ingênua, mas emerge justamente da reflexão crítica acerca das condições sociais que compreende a realidade como mutável a partir da participação dos sujeitos que a constituem, e são constituídos por ela. Paulo freire dizia que incluir-se na luta por sonhos possíveis implica assumir um duplo compromisso: o compromisso com a denúncia da realidade excludente e o anúncio de possibilidades e o compromisso com a criação de condições sociais de concretização de tais possibilidades. Essa perspectiva também é apontada por Bernardo (2005, p. 3) quando afirma que

(...) sem a autogestão das lutas a autogestão da sociedade jamais será possível. Todavia, não se trata de projectar uma utopia num futuro longínquo. Pelo contrário, trata-se de afirmar uma presença imediata,



AS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCP)
NA CONSTRUÇÃO DA CONTRA HEGEMONIA ACADÊMICA

porque qualquer experiência de autogestão constitui, por si só, uma ruptura com as regras do jogo do Estado capitalista. Ao mesmo tempo em que é a condição para generalizar a autogestão, o facto de gerir a própria luta é a demonstração da viabilidade prática das relações sociais anticapitalistas, igualitárias e colectivistas.

A utopia, portanto, não é uma utopia abstrata, descolada dos seus meios de realização, mas uma utopia concreta inscrita no real. É nessa perspectiva que acreditamos que as incubadoras podem vir a ser um espaço de experimentação da esperança.

A economia solidária trouxe a utopia da autogestão à tona. Autogestão não apenas como um modo de gestão de uma cooperativa, mas como um projeto de sociedade, como a radicalização da democracia. Algumas contribuições podem tornar mais clara a ideia de autogestão enquanto projeto de sociedade. Segundo Maurício Tragtenberg (1986, p. 91):

O controle direto dos meios de produção pelos produtores auto-organizados em comitês de fábrica, comitês interfábricas, federação ou confederação de comitês. Significa a integração do nível econômico com o político através do controle operário da produção e da democracia direta, substituindo, assim, o tecnocrata administrador e o político profissional da democracia representativa.



Para Nascimento (2007), o princípio do 'máximo de autogestão' tem como principal desafio a criação de formas diretas de poder popular em vários níveis, associando formas de democracia interna nos locais de trabalho associadas a novas formas do processo democrático na economia, na educação, na política social e na cultura.

Mészáros retoma a ideia de planejamento a partir de uma democracia substantiva e afirma que

os que desprezam a própria ideia de planejamento, em virtude da implosão soviética, estão muito enganados, pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma democracia substantiva pelos produtores livremente associados (Mészáros, 2004, p. 45 *apud* NOVAES, 2011).

Em síntese, a breve aproximação com o tema da economia solidária aqui colocada não tem intuito esgotar o debate sobre suas possibilidades, mas sim apontar que o que ela pode ter de transformador é a capacidade de projetar o futuro sem nos perdermos nas empoeiradas doutrinas de esquerda. Nesse sentido, a economia solidária, por meio de seu principal fundamento, a autogestão, torna possível a

atuação das incubadoras a partir da inscrição de um projeto de sociedade na prática cotidiana nas diversas esferas da produção e da reprodução da vida.

AS ITCPS COMO ESPAÇOS DE EXPERIMENTAÇÃO DA ESPERANÇA

Abordamos essas contribuições com o intuito de evidenciar a perspectiva que acreditamos que a economia solidária aponta para construção de possibilidade do trabalho com sentido social, produtor de valores de uso. Contudo, esse desafio não pode ser entendido como um horizonte a ser atingido, como um fim apenas. Ele é também um caminho a ser trilhado rumo a essa sociedade almejada.

Não afirmamos, contudo, que todas as incubadoras atuam nessa perspectiva, mas sim que tanto a economia solidária quanto os grupos incubados possibilitam a autogestão como uma utopia inscrita no real. Por isso, as incubadoras podem vir a ser o espaço da experimentação da esperança, isto é, um espaço de experimentar e criar alternativas concretas para além do capital.

A relação da universidade com os grupos populares via incubadoras legitima uma produção que tem como cerne, para além da geração de trabalho e renda, a superação do trabalho alienado. Aponta, portanto, para uma alternativa ao trabalho assalariado. A incubação questiona o processo de acumulação por meio



de um questionamento material da lógica do capital. Nesse sentido, se aproxima do questionamento da ideia de a empresa privada ser o único agente econômico que processa conhecimento para gerar desenvolvimento. Se somarmos essa crítica à potencial experimentação das incubadoras, temos uma alternativa concreta para reorientar a universidade em direção às necessidades dos grupos populares com vistas à superação do capital. Isso implica, necessariamente, a retirada da empresa capitalista do centro do fazer acadêmico e a disputa para inserção dos grupos populares como alternativa viável e pertinente às condições desiguais de nosso país.

Identificamos nas incubadoras um potencial, uma possibilidade de ser o espaço de experimentação da esperança ao qual nos referimos anteriormente. Contudo, para que esse potencial se concretize, as incubadoras terão que lidar com a ambivalência que carregam.

Se por um lado, carregam o potencial de legitimar um projeto para além do capital fundado na autogestão e, portanto, na superação do trabalho alienado, por outro, elas têm canalizado a capacidade criativa e de contestação de estudantes e professores e professoras em práticas de resignação como a de transferência de conhecimento. Nesse segundo caminho, as incubadoras se limitam a resistir à lógica do capital e não a tentar superá-la. Atuam, portanto, em alguma medida,

cooptando as forças transformadoras da universidade e contribuindo para a manutenção da universidade distante das necessidades dos grupos populares.

As incubadoras, de maneira geral, pouco têm avançado na transformação da universidade como um todo e a conexão entre ensino, pesquisa e extensão, a partir das mesmas, ainda é incipiente (Fraga, 2012; Dagnino, 2012). A superação dessa condição residual para dentro das universidades parece ser consenso entre as incubadoras. Porém, esse desafio ganha contornos específicos quando constatamos que não sabemos fazer ciência e tecnologia para além do capital e que, portanto, a transferência do conhecimento, um conhecimento marcado desde sua concepção pelas prioridades da acumulação capitalista, não é uma estratégia adequada.

Por isso, apontamos como um caminho possível aproveitar o potencial que as incubadoras possibilitam de 'aprender fazendo' para reorientar a universidade a produzir ciência e tecnologia de acordo com os valores e interesses dos grupos populares e da utopia da autogestão.

Se, por um lado, a crítica ao capitalismo e a busca por alternativas pela economia solidária encontraram terreno fértil nas incubadoras, não podemos dizer o mesmo da busca por alternativas no âmbito da produção do qual se ocupam as



ciências exatas. O questionamento e a construção de alternativas nesse campo parecem ainda tímidos diante do acúmulo das incubadoras.

A concepção da ciência e da tecnologia como neutras, que trazem apenas efeitos positivos para a sociedade e que se desenvolvem em um caminho linear e inexorável escamoteia a lógica do capital presente nas incubadoras e nos grupos incubados. A incubação necessita da interdisciplinaridade não como uma ideia difusa, mas como o elo entre a realidade, infinitamente complexa, e a universidade, emburrecida por sua segmentação.

Essa segmentação viabiliza e naturaliza a ideia de que a empresa privada é a única que pode processar o conhecimento produzido para viabilizar a produção. Tendo essa ideia como ponto de partida, tudo que a universidade pode fazer é transferir⁴ um conhecimento já sedimentado sob a lógica do capital, mesmo quando se busca alternativas contra hegemônicas.

O enfrentamento desses desafios, em uma perspectiva transformadora, tem como alicerce a relação fundamentada na igualdade ou, pelo menos, no exame sincero das maneiras pelas quais as hierarquias entre universidade e grupos populares se mantêm com vistas a sua superação.

⁴ E até sob esta lógica a transferência é questionável.

Se o caminho não é transferir conhecimento e tecnologia, qual poderia ser o caminho? Acreditamos que, em oposição à transferência, a produção de ciência e tecnologia politizada, como falava Oscar Varsavsky, encontra terreno fértil nas incubadoras. No entanto, pensar em alternativas científicas e tecnológicas sem pensar em projeto de sociedade é se restringir a soluções pontuais e paliativas que não dão respostas para a superação de suas causas.

É nesse sentido que as incubadoras são potencialmente importantes para o desenvolvimento científico e tecnológico alternativo. Isso porque, em primeiro lugar, a economia solidária evidencia necessidades concretas de desenvolvimento tecnológico para grupos populares (para a agricultura familiar, coleta, triagem e reciclagem de resíduos sólidos etc.). Aliada às demandas concretas, tem-se a autogestão que aponta caminhos (inclusive de método, mas não apenas) para a consolidação de um engajamento sociotécnico. Por fim a autogestão, como utopia, aponta um horizonte de longo prazo, um projeto de sociedade.

Por isso, aliar o desenvolvimento científico e tecnológico à autogestão permite não perder o horizonte de uma sociedade para além do capital. É disso que se trata a economia solidária, pois, mesmo com suas limitações, ela alimenta a utopia e possibilita pensar o futuro.



O horizonte de longo prazo da autogestão traz à tona a possibilidade de os grupos populares serem responsáveis pela produção, circulação e consumo de bens e consumos que necessita o país. Do trabalho produtivo e reprodutivo autogerido pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras. É a autogestão em todos os âmbitos da vida. E, nesse sentido, a tecnologia também precisa ser entendida tanto como uma resistência para o agora, mas também como uma utopia: a construção de alternativas tecnocientíficas coerentes com um horizonte de longo prazo e não apenas de artefatos isolados.

Por outro lado, para a autogestão se tornar viável enquanto projeto de sociedade ela precisará de conhecimento e tecnologias adequadas a ela. Mas o que isso significa? Significa tecnologias que sejam condizentes com a autogestão. Em especial, a autogestão enquanto modelo de sociedade depende fortemente de tecnologias que não mantenham as estruturas hierárquicas na sociedade. A superação do trabalho alienado demanda uma tecnologia que não seja hierárquica, alienante, nem que segmente o trabalho e que não possibilite a compreensão do trabalhador sobre seu trabalho; demanda uma tecnologia que possibilite o controle e trabalho coletivo, que seja ambientalmente sustentável, que tenha em conta o respeito à saúde do trabalhador, que promova relações igualitárias de gênero etc.

O que alguns autores (Novaes, 2007; Dagnino, 2010) têm colocado é que essa preocupação ainda não é prioritária para a economia solidária e nem para outros movimentos de resistência e setores da esquerda. Esses mesmos autores trazem questionamentos sobre a necessidade de pensar para além da apropriação dos meios de produção e evidenciam a necessidade de uma nova plataforma cognitiva para uma nova plataforma civilizacional.

Essa nova plataforma cognitiva, no entanto, não pode partir do zero. Na maioria das vezes, as tecnologias disponíveis não são compatíveis com a autogestão (e isso é bastante evidente no trabalho das incubadoras com grupos populares). No entanto, mesmo não sendo compatível, é preciso haver um processo de adequação dessas tecnologias.

A maioria das pessoas que pensam uma sociedade mais justa, não se questiona sobre a necessidade de repensar a ciência e a tecnologia. De maneira geral, a ideia de que mais ciência seria sempre algo positivo e que geraria benefícios para a sociedade é predominante. A partir dessa visão, seria necessário apenas reivindicar maior investimento em ciência e tecnologia e ampliação do acesso a tecnologias existentes para os excluídos (e aqui estão os grupos populares). Na economia solidária essa visão se coloca com frequência na reivindicação de tecnologias mais modernas e eficientes. Reafirmamos nossa discordância com

essa ideia e apontamos para a necessidade da democratização das decisões sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Concretamente, essa reivindicação pode encontrar nas incubadoras a possibilidade de se tornar viável. Estas seriam atores de articulação entre as necessidades dos grupos incubados e a capacidade da universidade em produzir conhecimento e formar pessoas. Dessa articulação, em um primeiro momento, surgiriam soluções tecnológicas e profissionais capacitados para a mediação de processos coletivos de desenvolvimento de alternativas tecnocientíficas.

Em um segundo momento, no entanto, será necessário superar essa ação pontual e, de certa maneira, desorganizada de conceber soluções tecnológicas para os grupos populares. A universidade terá, então, a responsabilidade de prospectar, com os movimentos sociais problemas tecnoprodutivos ou oportunidades econômico-produtivas. São alternativas que vão além da lógica do desespero de 'fazer o empreendimento dar certo' e que, por isso, têm a autogestão como regra e não exceção. São alternativas nas quais grupos populares, em detrimento das empresas, serão responsáveis por explorar as necessidades de produção e reprodução da vida e oferecer bens e serviços para a sociedade.

Embora possamos reconhecer a importância das ITCPs enquanto possibilidade de praticar a utopia e, por isso, de aprender fazendo de maneira coerente com a mesma, é preciso reconhecer que essas experiências não são suficientes para o tamanho do desafio colocado. E cabe à universidade e aos movimentos sociais buscarem alternativas que sirvam como alicerce para uma sociedade para além do capital.

Para o desafio de fortalecimento da economia solidária enquanto prática da autogestão e do desenvolvimento de alternativas coerentes com esse projeto de sociedade, a universidade não pode ser aquela que apenas analisa a sociedade, mas sim aquela que também atua junto com as classes populares. Desse compromisso surgem experiências que, por enquanto, são experiências pontuais e paliativas, embora urgentes. A urgência, no entanto, não pode levar a possibilidades pouco ambiciosas. É dela que emerge a utopia de uma política científica e tecnológica subjugada às necessidades populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que trilhamos até agora teve como objetivo juntar as peças de um quebra-cabeça que nos pareciam estar desconectadas. O esforço que fizemos de contextualizar as incubadoras tem como finalidade aproveitar o acúmulo



existente sobre esses temas para pensar os limites e as possibilidades de uma reorientação da universidade.

Porque atrelamos essa reorientação à superação do capitalismo, precisamos ser capazes de pensar o futuro a partir de uma lógica que não seja a lógica do capital. Esse talvez seja um dos grandes desafios que temos: analisar profundamente tudo ao nosso redor para compreender a maneira pela qual o capital se manifesta e conceber alternativas através de um processo de desconstrução e posterior reconstrução segundo novos valores e interesses.

Para a universidade, no entanto, a possibilidade de reorientação parece estar obscurecida, como argumentava Maurício Tragtenberg (1979, p. 76):

a universidade está em crise. Isto ocorre porque a sociedade está em crise; através da crise da universidade é que os jovens funcionam detectando as contradições profundas do social, refletidas na universidade. A universidade não é (...) uma instituição neutra; é uma instituição de classe, onde as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber "objetivo", acima das contradições sociais.

Não cair na armadilha da crença em um saber tecnocientífico neutro, objetivo, fora das contradições da sociedade é condição para aqueles que, a partir da universidade, se propõem a lutar ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras.

Ainda que nem todos os projetos de extensão atuem em uma de maneira emancipatória, estamos de acordo com Thiollent (2002) quando afirma que este é um ideal a ser perseguido quando se trata de extensão voltada para interesses populares. A emancipação, neste caso, representa uma promoção de caráter coletivo e compartilhável entre membros de classes populares e não individual como apontam algumas incubadoras.

Aos indignados da universidade, sempre se apresentará o dilema abordado por Oscar Varsavsky e descrito a seguir por Thiollent (1998, p. 78), no contexto das lutas em maio de 1968 em Paris,

a questão do relacionamento com trabalhadores foi objeto de intensas discussões entre estudantes. Havia uma oposição entre duas grandes tendências. A primeira considerava como prioritário a reestruturação da universidade e a formação crítica dos intelectuais ou futuros profissionais, o que tornava secundário a relação com os trabalhadores. A segunda tendência criticava a primeira como sendo reformista e corporativista. Para aquela, as circunstâncias históricas exigiam da



parte dos estudantes um maior engajamento ao lado das lutas operárias. O objetivo era, então, sair das universidades e militar nos comitês de ação junto com os trabalhadores.

E, novamente, será preciso reafirmar que este dilema só existe pelo fato de a ciência e a tecnologia estarem apartadas, no imaginário dos militantes, da sociedade que a produziu e sobre a qual incide. Parafraseando Paulo Freire, se a universidade sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda. A ciência e a tecnologia, sob essa ótica, são também trincheiras de resistência e de luta.

E que, portanto, o fato de apontar a necessidade de um redirecionamento da universidade não significa deixar em plano secundário a atuação junto aos trabalhadores. Segundo Dagnino (2010b), o papel dos grupos populares é essencial, uma vez que eles são, mais que “demandantes” de alternativas tecnocientíficas, participantes insubstituíveis no processo de seu desenvolvimento, e implicam uma alternativa radical, dado que atuam num terreno essencial para o questionamento estrutural da forma de produção capitalista.

As incubadoras têm, a partir dessa perspectiva, a possibilidade de unir o engajamento ao lado das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras com a



reestruturação da universidade e a formação crítica dos futuros profissionais, tornando-se aglutinadoras do processo de politização da universidade. Defendemos, portanto, que a universidade tem tarefas específicas na busca por alternativas para além do capital e que sua atuação, nessa perspectiva, não pode ser transferir conhecimento.

Novaes (2012) apresentou três experiências latinoamericanas que podem servir como inspiração para as incubadoras: a atuação de pesquisadores-extensionistas com os movimentos sociais pela habitação popular, com os assentamentos rurais e com as fábricas recuperadas no Brasil e na Argentina. O autor destaca que essas três experiências têm em comum a "crítica tecnológica elaborada no campo de atuação desses pesquisadores, que abrange a crítica à tecnologia convencional, a necessidade de uma tecnologia alternativa" (Novaes, 2012, p. 241). Além disso, retomam a necessidade de realimentação entre teoria e prática vinculada a uma transformação social mais ampla.

Contudo, estamos de acordo com o autor quando este afirma que as incubadoras têm se configurado como um refúgio de estudantes e professores diante da recusa do trabalho alienado, isto é, "diante da mutilação promovida pela universidade, diante do esquiteamento do saber, diante de uma vida sem sentido social, as Incubadoras de Cooperativas podem estar 'treinando' esses

alunos para uma atuação pública e consciente na realidade social” (Novaes, 2012, p. 258).

Uma consideração necessária é sobre os trabalhadores dos grupos populares incubados. Eles têm sido vistos como sujeitos passivos no processo de incubação. Ao que parece segue existindo, entre as incubadoras e os trabalhadores, uma visão de tutela tão combatida pela extensão, mesmo que mais sutil do que em outros tempos. Os trabalhadores e trabalhadoras são vistos como sujeitos ativos politicamente, a sua mobilização e autonomia são, com frequência, estimuladas até como objetivo último da incubação. Mas do ponto de vista da produção de conhecimento, finalidade última da universidade, eles não são vistos como sujeitos ativos. Daí decorre a relação de tutela que permanece, pois se os trabalhadores não são sujeitos ativos na produção de conhecimento, a incubação passa a ser a sua transferência.

Essa visão talvez decorra do fato de a universidade seguir acreditando, a despeito de tanta crítica e avanços práticos e teóricos e epistemológicos, que o conhecimento que nela é produzido segue sendo superior, verdadeiro, universal e neutro. O saber produzido pelos trabalhadores e trabalhadoras não são apenas distintos em método, mas são, principalmente, decorrentes de valores e interesses próprios das classes populares.



A visão que se tem do conhecimento, por fim, é um divisor de águas. De um lado estão aqueles que percebem a não neutralidade do conhecimento e que, por isso, são capazes de propiciar espaços de negociação entre diferentes saberes (e não apenas troca) para que a voz das classes populares se materialize nas soluções encontradas, no conhecimento inevitavelmente produzido nesse processo e, inclusive, na formulação do problema a ser enfrentado. Do outro lado, estão aqueles que, tendo como fundamento a ideia de que o que falta às classes populares é capacitação, no momento de incubação, transferem conhecimentos, ignorando essa negociação e levando a cabo a invasão cultural de que falava Paulo Freire, e pior, mantendo a relação de tutela entre universidade e classes populares. Porque partir da ideia de que o outro não sabe ou não é capaz é o passo fundamental para manter essa relação. O que falta às classes populares é o acesso a direitos, inclusive, de produzir conhecimento.

Não concluímos com isso que a academia não deva socializar os conhecimentos historicamente acumulados na universidade, em suas bibliotecas, professores e alunos, etc. Mas essa socialização precisa partir do pressuposto que esses conhecimentos podem e precisam ser questionados e transformados.

Essa, no entanto, parece ser uma daquelas armadilhas que sempre caímos, mesmo quando dizemos o contrário. Não se trata aqui de convencer todos de que

essa é uma importante questão, mas sim, de propor uma reflexão profunda sobre as práticas extensionistas à luz dessas questões. Quando a armadilha está dentro de nós, dentro da nossa própria lógica de pensamento, enfrentá-la parece ser bem mais difícil. Fácil mesmo é achar que o problema está no outro.

Por fim, apontamos a necessidade de se pensar estrategicamente a função das incubadoras na universidade. É evidente que as ITCPs acumularam muito nesses anos em relação à formação, metodologia, etc. Ainda assim, diante do desafio que temos: de subverter a lógica da universidade para além do capital, as conquistas ainda são pequenas. Precisamos ser capazes de somar esforços entre as incubadoras e com os movimentos sociais, para dar passos mais ousados rumo a uma sociedade para além do capital.

REFERÊNCIAS

Antunes, R. (2005). *O caracol e a sua concha*. São Paulo: Boitempo.

Bernardo, J. (2005). A autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas. *Piá Pioul*, 3. Recuperado em 17 julho, 2018, de: <http://coletivotrinca.wordpress.com/2009/01/26/a-autogestao-da-sociedade-prepara-se-na-autogestao-das-lutas/>



Bocayuva, P. C. C. (2001). Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRJ. In: I. Camarotti & P. Spink. *Redução da pobreza e dinâmicas locais* (pp. 235-263). Rio de Janeiro: FGV.

Braverman, H. (1987). Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX (3a ed.). Rio de Janeiro: Guanabara.

Coimbra, A. L. S. & Souza, M. B. (2007). Princípios e ações em economia solidária: a Intercoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de Fora/MG. *Proposta: Revista Trimestral de Debate da Fase*, 31(112), 4-15.

Costa, F. X. P., Oliveira, I. C., & Melo Neto, J. F. (2006). *Incubação de empreendimento solidário popular: fragmentos teóricos*. João Pessoa: UFPB.

Cunha, G. C. (2002). *Economia Solidária e Políticas Públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadoras de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Dagnino, R. (2012). Elementos para uma avaliação das incubadoras universitárias de cooperativas. *Otra Economía*, 6(11), 184-197.



Dagnino, R. P. (2010a). Um dilema latinoamericano: ciência e tecnologia para a sociedade ou adequação sócio-técnica para o povo? In: R. Dagnino. (Org.). *Estudos sociais da ciência e tecnologia & política de ciência e tecnologia* (pp. 265-292). Campina Grande: UFPB.

Dagnino, R. P. (Org.). (2010b). *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas: Komedi.

Dubeux, A. (2007). O papel das Universidades na construção da economia solidária no Brasil. *Proposta: Revista Trimestral de Debate da FASE*, 31(111), 4-15.

Faria, M. S. (2005). *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Tese de doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Fraga, L. S. (2018). As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e as relações entre ciência, tecnologia e sociedade. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 14(31), 140-155.

Fraga, L. S. (2017). Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 22, 403-419.

Fraga, L. S. (2012). *Extensão e transferência de conhecimento: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*. Tese de doutorado, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

Guimarães, G. & Salomão, I. (2006). Planejamento e gestão de incubadoras de tecnologias sociais para o desenvolvimento: características e instrumentos. Brasília: ANPROTEC/SEBRAE.

Hirata, H. & Segnini, L. (2007). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: SENAC.

ITCP/UNICAMP. (2009). *Empírica: caderno de metodologia*. Campinas: IE/ Unicamp.

Kruppa, S. M. P. & Sanchez, F. J. B. (2002). *Metodologia de incubagem: uma tentativa de problematização*. São Paulo: Mimeo.

Mészáros, I. (2004). O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo *apud* Novaes, H. T. (2011). *O retorno do caracol a sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular.

Nascimento, C. (2008). Autogestão: economia solidária e utopia. *Otra Economía*, 2(3), 27-40.

Nascimento, C. (2007). Autogestão: palavra e ideia. In: *Economia solidária e autogestão* (pp. 29-46). São Paulo: NESOL/ITCP-USP.

Novaes, H. T. (2012). *Reatando um fio rompido: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular.

Novaes, H. T. (2011). *O retorno do caracol a sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular.

Novaes, H. T. (2007). *O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular.

Pinheiro, D. C. & Paula, A. P. P. (2010). "Quem educa os educadores?": a autogestão e os processos de formação nas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 3(1), 52-66.

Quijano, A. (2002). El nuevo imaginario anticapitalista. *América Latina en Movimiento*, 351, p. 14-22. Recuperado em 17 julho, 2018, de: <http://red.pucp.edu.pe/ridei/files/2011/08/090706.pdf>

Singer, P. (2005). A economia solidária como ato pedagógico. In: S. Kruppa (Org.). *Economia solidária e educação de jovens e adultos* (pp. 13-20). Brasília: INEP.

Singer, P. (2000). Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: P. Singer & A. Souza (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego* (pp. 123-134). São Paulo: Contexto.

Thiollent, M. (2005). Perspectivas da metodologia de pesquisa participativa e de pesquisa-ação na elaboração de projetos sociais e solidários. In: S. Lianza & F. Addor. *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário* (pp. 172-189). Porto Alegre: UFRGS.

Thiollent, M. (2002). *Construção do conhecimento e metodologia da extensão*. João Pessoa: ICBEU.



Thiollent, M. (1998). Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 10(2), 63-100.

Tragtenberg, M. (1986). *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Moderna.

Tragtenberg, M. (1979). *A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder*. São Paulo: Rumo.

Varanda, A. P. M. (2007). Contribuições ao processo de institucionalização do Proninc. *Proposta: Revista Trimestral de Debate da FASE*, 31(111), 27-33.

Wirth, I., Fraga, L., & Novaes, H. T. (2011). Educação, trabalho e autogestão: limites e possibilidades da economia solidária. In: E. L. Batista & H. T. Novaes (Orgs.). *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI* (pp. 191-218). Bauru: Canal 6.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) na construção da contra hegemonia acadêmica

Resumo

Em um contexto de mobilização diante das mudanças no mundo do trabalho e do ressurgimento do trabalho coletivo e autogerido, surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. No âmbito da extensão universitária, a ideia de transferência de conhecimento não é novidade nem o é a sua crítica. Ainda assim, na atuação das incubadoras, acreditamos que ela permanece e esta é a provocação deste ensaio teórico de caráter exploratório. As ITCPs parecem atuar a partir de uma contradição: se por um lado apontam como missão possibilitar o acesso dos grupos populares ao conhecimento gerado na universidade, por outro, afirmam que esse processo não pode ser uma imposição e que é preciso respeitar o saber popular e promover a troca de saberes. A pergunta que fica é: se a questão é o acesso ao conhecimento, isto é, a divulgação de conhecimentos acumulados na academia, como isso pode não ser uma imposição?

Palavras-chave

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares; Autogestão; Ciência e tecnologia; Extensão universitária; Universidade.

The Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCP) in the construction of the academic counter-hegemony

Abstract

In a context of mobilization in the face of changes in labour world and the resurgence of collective and self-managed work, the Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCP) have emerged. In the scope of university extension, the idea of knowledge transfer is neither new nor critical. Nevertheless, in the incubators' performance, we believe that it remains and this is the provocation of this exploratory theoretical essay. ITCPs seem to act from a contradiction: if on one hand they point out as a mission to enable the popular groups to access the knowledge generated in the university, on the other, they affirm that this process can not be an imposition and that it is necessary to respect popular knowledge and promote the exchange of knowledge. The question that remains is: if the question is access to knowledge, that is, the dissemination of knowledge accumulated in academia, how can this not be an imposition?

Palavras-chave

Technological Incubator of Popular Cooperatives. Self-management. Science and technology. University Extension. University.



Las Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) en la construcción de la contra-hegemonía académica

Resumen

En un contexto de movilización ante los cambios en el mundo del trabajo y del resurgimiento del trabajo colectivo y autogestionado, surgen las Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). En el ámbito de la extensión universitaria, la idea de transferencia de conocimiento no es novedad ni lo es su crítica. Sin embargo, en la actuación de las incubadoras, creemos que permanece y esta es la provocación de este ensayo teórico de carácter exploratorio. Las ITCPs parecen actuar desde una contradicción: si por un lado apuntan como misión posibilitar el acceso de los grupos populares al conocimiento generado en la universidad, por el otro, afirman que ese proceso no puede ser una imposición y que hay que respetar el saber popular y, promover el intercambio de saberes. La pregunta que queda es: si la cuestión es el acceso al conocimiento, es decir, la divulgación de conocimientos acumulados en la academia, ¿cómo puede no ser una imposición?

Palabras clave

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Autogestión. Ciencia y Tecnología. Extensión Universitaria. Universidad.



Autoria

Lais Fraga

Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Doutora da Universidade Estadual de Campinas. <http://lattes.cnpq.br/1447465612426848>. <https://orcid.org/0000-0002-2315-389X>. E-mail: lais.fraga@fca.unicamp.br.

Endereço para correspondência

Lais Fraga. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciência Aplicadas. Rua Pedro Zaccaria, 1300, Jardim Santa Luiza. Limeira, Sp, Brasil. CEP: 13484-350. Telefone: (+55 19) 37016706.

Como citar esta contribuição

Fraga, L. (2018). As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) na construção da contra hegemonia acadêmica. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5(13), 496-539.

Contribuição submetida em 30 jun. 2017. Aprovada em 1 fev. 2018. Publicada online em 24 jul. 2018. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editores especiais: Pedro de Almeida Costa, Rene E. Seifert, Fábio Bittencourt Meira e Antônio João Hocayen-da-Silva.

